

BRDE

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



**Demonstrações Financeiras
em 30 de junho de 2019 e de 2018**



Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre - RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

Building a better
working world

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado".



Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

| | Nota | 2019 | 2018 |
|---|----------|-------------------|-------------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 5.684.630 | 5.413.017 |
| Disponibilidades | 4 | 114 | 37 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 3.123.913 | 2.889.185 |
| Operações de crédito | 6 | 2.353.175 | 2.283.876 |
| Operações de crédito | | 2.428.995 | 2.428.704 |
| Provisão para operações de crédito | | (75.820) | (144.828) |
| Outros créditos | | 151.084 | 194.991 |
| Créditos por avais e fianças honrados | | - | 50.051 |
| Rendas a receber | | 4.843 | 3.529 |
| Diversos | 7 | 146.246 | 191.463 |
| Provisão para outros créditos | | (5) | (50.052) |
| Outros valores e bens | 8 | 56.344 | 44.928 |
| Outros valores e bens | | 63.888 | 52.472 |
| Provisão para desvalorização | | (7.544) | (7.544) |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 11.158.105 | 11.506.685 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | | 11.103.164 | 11.479.559 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 16.236 | 11.209 |
| Carteira própria | | 5.354 | 714 |
| Vinculados à prestação de garantias | | 10.882 | 10.495 |
| Operações de crédito | 6 | 10.704.474 | 10.996.372 |
| Operações de crédito | | 10.948.218 | 11.391.129 |
| Provisão para operações de crédito | | (243.744) | (394.757) |
| Outros créditos | | 382.454 | 470.862 |
| Créditos específicos | | - | 99.460 |
| Diversos | 7 | 382.465 | 371.404 |
| Provisão para outros créditos | | (11) | (2) |
| Outros valores e bens | 8 | - | 1.116 |
| Investimentos temporários | | 311 | 2.216 |
| Provisão para perdas de investimentos temporários | | (311) | (1.100) |
| PERMANENTE | 9 | 54.941 | 27.126 |
| Investimentos - outros | | 573 | 1.666 |
| Imobilizado de uso | | 39.423 | 18.940 |
| Imóveis de uso | | 44.145 | 21.824 |
| Outras imobilizações de uso | | 22.025 | 21.494 |
| Depreciação acumulada | | (26.747) | (24.378) |
| Imobilizado de arrendamento | | | |
| Bens arrendados | | 1.449 | 1.449 |
| Depreciação acumulada | | (1.449) | (1.449) |
| Intangível | | 14.945 | 6.520 |
| Ativos intangíveis | | 32.564 | 19.715 |
| Amortização acumulada | | (17.619) | (13.195) |
| TOTAL DO ATIVO | | 16.842.735 | 16.919.702 |

(continua)

| | Nota | 2019 | 2018 |
|---|-----------|-------------------|-------------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 3.129.300 | 2.874.778 |
| Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais | 10 | 2.602.376 | 2.393.138 |
| Tesouro Nacional | | 261 | 7.493 |
| Banco do Brasil | | 30.025 | 26.572 |
| BNDES | | 2.032.460 | 1.835.894 |
| CEF | | 6.653 | 2.475 |
| FINAME | | 471.337 | 489.162 |
| FINEP | | 41.222 | 31.542 |
| MTur - FUNGETUR | | 19.418 | - |
| Mapa - FUNCAFÉ | | 1.000 | - |
| Obrigações por repasses do exterior | 10 | 19 | - |
| Repasses ao exterior | | 19 | - |
| Outras obrigações | | 526.905 | 481.640 |
| Fiscais e previdenciárias | 11 | 62.996 | 38.854 |
| Fundos financeiros e de desenvolvimento | | 415.327 | 396.241 |
| Diversas | 12 | 48.582 | 46.545 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 10.921.625 | 11.461.400 |
| Obrigações por repasses no país - instit. Oficiais | 10 | 10.470.053 | 11.100.349 |
| Tesouro Nacional | | 225 | 562 |
| Banco do Brasil | | 170.737 | 175.357 |
| BNDES | | 8.625.064 | 9.042.617 |
| CEF | | 83.637 | 69.831 |
| FINAME | | 1.345.853 | 1.642.140 |
| FINEP | | 226.042 | 169.842 |
| MTur - FUNGETUR | | 17.495 | - |
| Mapa - FUNCAFÉ | | 1.000 | - |
| Obrigações por repasses do exterior | 10 | 59.608 | - |
| Repasses ao exterior | | 59.608 | - |
| Outras obrigações | | 391.964 | 361.051 |
| Fiscais e previdenciárias | 11 | 59.946 | 58.239 |
| Diversas | 12 | 332.018 | 302.812 |
| RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS | | 6.279 | 6.853 |
| Resultados de exercícios futuros | | 6.279 | 6.853 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2.785.531 | 2.576.671 |
| Capital social | 14 | 1.270.593 | 1.104.642 |
| Reserva de capital | | 1.600.651 | 1.544.239 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | 85.713 | 72.210 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 16.842.735 | 16.919.702 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

| | <u>Nota</u> | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|-------------|-----------------------|----------------------|
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 653.267 | 711.945 |
| Operações de crédito | 16 | 545.800 | 614.893 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | | 107.467 | 97.052 |
| DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | (350.521) | (496.098) |
| Operações de empréstimos e repasses | | (324.392) | (345.878) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | | (26.129) | (150.220) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | | 302.746 | 215.847 |
| OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | (118.527) | (87.610) |
| Receitas de prestação de serviços | 17 | 15.251 | 15.595 |
| Despesas de pessoal | 18 | (87.453) | (82.360) |
| Outras despesas administrativas | 19 | (22.715) | (21.709) |
| Despesas tributárias | | (16.239) | (16.040) |
| Outras receitas operacionais | 20 | 26.358 | 54.682 |
| Outras despesas operacionais | 21 | (33.729) | (37.778) |
| RESULTADO OPERACIONAL | | 184.219 | 128.237 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL | | 4.020 | (38) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | | 188.239 | 128.199 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 15 | (78.657) | (62.460) |
| Provisão para imposto de renda | | (31.874) | (23.983) |
| Provisão para contribuição social | | (20.145) | (16.648) |
| Ativo fiscal diferido | | (26.638) | (21.829) |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE | | <u>109.582</u> | <u>65.739</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

| | <u>Capital social</u> | <u>Incentivos fiscais</u> | <u>Reserva de capital Fundo regimental</u> | <u>Ajustes de avaliação patrimonial</u> | <u>Lucros acumulados</u> | <u>Total</u> |
|--|-------------------------|---------------------------|--|---|------------------------------|-------------------------|
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2018 | 1.013.907 | 709 | 1.568.526 | (72.396) | | 2.510.746 |
| Ajustes de avaliação patrim - TVM | | | | (48) | | (48) |
| Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais | | | | 234 | | 234 |
| Aumento de capital | 90.735 | | (90.735) | | | |
| Lucro líquido do semestre | | | | | 65.739 | 65.739 |
| Constituição de reservas | | | 65.739 | | (65.739) | |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 | <u>1.104.642</u> | <u>709</u> | <u>1.543.530</u> | <u>(72.210)</u> | | <u>2.576.671</u> |
| SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019 | 1.174.413 | 709 | 1.586.540 | (85.334) | | 2.676.328 |
| Ajustes de avaliação patrim - TVM | | | | 189 | | 189 |
| Ajustes de avaliação patrim - Ganhos atuariais | | | | (568) | | (568) |
| Aumento de capital | 96.180 | | (96.180) | | | - |
| Lucro líquido do semestre | | | | | 109.582 | 109.582 |
| Constituição de reservas | | | 109.582 | | (109.582) | - |
| SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 | <u>1.270.593</u> | <u>709</u> | <u>1.599.942</u> | <u>(85.713)</u> | | <u>2.785.531</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|--|------------------|------------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro líquido ajustado | 168.468 | 198.681 |
| Lucro líquido do semestre | 109.582 | 65.739 |
| Depreciação e amortização | 3.841 | 2.825 |
| (Ganhos)/Perdas de capital | (4) | 5 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 26.129 | 150.220 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | (2.715) | (6.472) |
| Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis | 2.286 | 4.333 |
| Provisão ISBRE/Benefícios pós-emprego, líquido de reversões | 2.711 | 6.530 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 26.638 | (24.499) |
| Varição de Ativos e Obrigações | (215.491) | (291.399) |
| (Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários | 247.265 | 7.927 |
| (Aumento)/Redução em operações de crédito | 42.624 | 36.883 |
| (Aumento)/Redução em outros créditos | 11.335 | 24.618 |
| (Aumento)/Redução em outros valores e bens | 7.815 | (2.108) |
| Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (176.523) | (221.199) |
| Aumento/(Redução) em outras obrigações | (252.275) | (33.777) |
| Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros | (901) | 173 |
| Aumento/(Redução) em ajustes de avaliação patrimonial | (379) | 185 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (94.452) | (104.101) |
| CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (47.023) | (92.718) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | | |
| Alienação de imobilizado | 146 | - |
| Alienação de investimentos | 1.100 | - |
| Aquisição de imobilizado | (559) | (257) |
| Aplicação no intangível | (10.762) | (699) |
| CAIXA GERADO/(UTILIZADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO | (10.075) | (956) |
| AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | (57.098) | (93.674) |
| Caixa e Equivalentes a Caixa no Início do Semestre | 768.840 | 775.347 |
| Disponibilidades | 37 | 2 |
| Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa | 768.803 | 775.345 |
| Caixa e Equivalentes a Caixa no Final do Semestre | 711.742 | 681.673 |
| Disponibilidades | 114 | 37 |
| Títulos e Valores Mobiliários Equivalentes a Caixa | 711.628 | 681.636 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

Valores expressos em milhares de reais

| | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| RECEITAS | 672.705 | 608.006 |
| Intermediação financeira | 653.267 | 711.945 |
| Prestação de serviços | 15.251 | 15.595 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (26.129) | (150.220) |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 2.715 | 6.472 |
| Outras | 27.601 | 24.214 |
| DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 324.392 | 345.878 |
| INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS | 51.858 | 31.807 |
| Materiais, energia e outros | 48.068 | 27.802 |
| Serviços de terceiros | 3.790 | 4.005 |
| VALOR ADICIONADO BRUTO | 296.455 | 230.321 |
| DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO | 3.841 | 2.825 |
| VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR | 292.614 | 227.496 |
| DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | 292.614 | 227.496 |
| Pessoal | 75.292 | 71.113 |
| Remuneração direta | 57.153 | 54.040 |
| Benefícios | 14.082 | 13.628 |
| FGTS | 4.057 | 3.445 |
| Impostos, taxas e contribuições | 107.057 | 89.746 |
| Federais | 106.002 | 88.505 |
| Estaduais | 37 | 30 |
| Municipais | 1.018 | 1.211 |
| Remuneração de capitais de terceiros | 683 | 898 |
| Alugueis | 683 | 898 |
| Remuneração de capitais próprios | 109.582 | 65.739 |
| Lucros retidos do semestre | 109.582 | 65.739 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE é uma instituição financeira pública constituída sob a forma de convênio celebrado entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e se constitui em instrumento dos governos desses Estados para o fomento às atividades produtivas da Região Sul, de acordo com o Decreto Federal n.º 51.617, de 5 de dezembro de 1962. Sua ação é efetuada através da canalização de recursos de médio e de longo prazo para atender às necessidades de financiamento dos investimentos produtivos que se realizam na região.

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, emanadas das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil - BACEN e da Lei das Sociedades por Ações. A aplicação dessas práticas requer que a instituição use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente; provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; provisão para demandas trabalhistas, fiscais, previdenciárias e cíveis; valorização de instrumentos financeiros; e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 27 de agosto de 2019.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Resultado das operações

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

(b) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- (i) títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- (ii) títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- (iii) títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando for aplicável, os rendimentos, as variações monetárias "pro rata die" incorridas e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(d) Carteira de crédito e outros créditos

Os empréstimos e financiamentos concedidos decorrem principalmente de repasses provenientes do sistema BNDES-FINAME, conforme Nota 10, além de outras instituições financeiras, órgãos governamentais e recursos próprios do BRDE. Os encargos e as variações monetárias são apropriados em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes receitas a apropriar, conforme determinam as normas do BACEN, dentre elas a Resolução n.º 2.682/99. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Quando inadimplente, o mutuário tem uma piora gradativa no seu nível de risco, atingindo após seis meses o "rating H". Para as operações que possuam saldo vincendo superior a 36 meses, esse prazo é contado em dobro, conforme prevê a Resolução n.º 2.682/99. As operações de crédito, quando classificadas no "rating H", permanecem na carteira ativa até completarem seis meses, sendo então transferidas para compensação, conforme previsto também na Resolução n.º 2.682/99.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas no mesmo nível que estavam antes de renegociação, enquanto que, as que já tinham sido transferidas para compensação, são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a diminuição do risco.

(e) Provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

Como resultado, em 30 de junho, o valor total da provisão para perdas em operações de crédito é superior ao mínimo exigido pela Resolução n.º 2.682/99 (Nota 6.4) e considerado suficiente para eventuais perdas. A movimentação da provisão para carteira de créditos é apresentada na Nota 6.6.

(f) Ativo permanente

- **Imobilizado de uso:** demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

| | <u>Taxas</u> |
|---|--------------|
| Imóveis | 4% a.a. |
| Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança | 10% a.a. |
| Sistemas de processamento de dados e veículos | 20% a.a. |

Esses ativos são revistos anualmente para verificar se há alguma indicação de perda no seu valor recuperável e, quando aplicável, um ajuste é reconhecido.

- **Intangível:** corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

(g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando for aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridas, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

(h) Impostos e contribuições

A provisão para constituição do imposto de renda e da contribuição social, incidentes sobre o lucro tributável, é de 25% (alíquota-base de 15%, mais adicional de 10%) e 15%, respectivamente. Para o programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS as alíquotas vigentes, e utilizadas para cálculo, são 0,65% e 4%, respectivamente.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas mesmas alíquotas utilizadas para cálculo da provisão, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN n.º 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na Nota 15.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em junho de 2019.

(i) Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental

ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

(j) Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (Nota 22). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

(k) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, na composição da demonstração de fluxos de caixa, os saldos de disponibilidades e aplicações em Fundos de Investimento que, em sua carteira, possuem prazo de resgate de até 90 dias a contar da data de aquisição do respectivo título (operações compromissadas) nos termos da Resolução CMN n.º 3.604/08. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do semestre, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor (Nota 4).

(l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

· Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Na demonstração dos fluxos de caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

| | 2019 | 2018 |
|---|-------------|-------------|
| Disponibilidades | 114 | 37 |
| Cotas de fundos de investimento - recursos próprios | 711.628 | 681.636 |

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são todos classificados como disponível para venda e não possuem vencimento, tendo a seguinte composição:

| Total de títulos e valores mobiliários | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Cotas de fundos de investimento - fundo exclusivo (i) | 2.528.748 | 2.522.579 |
| Cotas de fundos de investimento - outros fundos | 258.942 | 644 |
| Cotas de fundos de investimento - recursos FSA | 347.105 | 376.457 |
| Cotas de fundos em participações (ii) | 4.158 | - |
| Ações de companhias abertas (iii) | 1.196 | 714 |
| Total | 3.140.149 | 2.900.394 |
| Circulante | 3.123.913 | 2.889.185 |
| Não Circulante | 16.236 | 11.209 |

(i) Representam Cotas de Fundo Exclusivo de Investimento Renda Fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, no quais a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 85% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 15% restantes. Deste montante, R\$ 10.882 (2018 – R\$ 10.495) está caucionado a processos judiciais. O fundo é composto pelos seguintes tipos de títulos, avaliados a valor de mercado:

| Títulos | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Letra Financeira do Tesouro | 884.555 | 687.839 |
| Nota do Tesouro Nacional-B | 405.326 | 386.461 |
| Letras Financeiras Ligadas | 109.691 | 103.045 |
| Letras Financeiras Não Ligadas | 397.930 | 555.750 |
| Operação Compromissada | 711.628 | 681.636 |
| Outros Títulos | 19.618 | 107.848 |
| Total do Fundo | 2.528.748 | 2.522.579 |
| Cotas em garantia | (10.882) | (10.495) |
| Total do Fundo - Disponível | 2.517.866 | 2.512.084 |

(ii) Representam fundos de investimentos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo as cotas dos fundos atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentando, em 30 de junho de 2019 a seguinte situação:

| Fundo de Participação | Capital (Cotas) | | Saldo Contábil |
|--|-----------------|---------------|----------------|
| | Subscrito | Integralizado | Atualizado |
| Fundo Garantido de Investimentos - FGI | 1.100 | 1.100 | 1.781 |
| Fundo Criatec III | 12.000 | 3.524 | 2.377 |

(iii) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (4.872) (2018 – R\$ (5.354)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (2.923) (2018 – R\$ (3.212)), após o registro de R\$ (1.949) (2018 – R\$ (2.142)) em "Obrigações Tributárias Diferidas", conforme demonstrado na Nota 15.1.

6. CARTEIRA DE CRÉDITOS

A carteira de crédito é composta por: operações de crédito (empréstimos e financiamentos), avais e fianças honrados e devedores por compra de valores e bens.

6.1 Composição da carteira de créditos por tipo de operação

| | 2019 | 2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Empréstimos e títulos descontados | 271.841 | 394.980 |
| Financiamentos | 4.592.614 | 4.935.476 |
| Setor Público | 287.971 | 294.849 |
| Setor Pivado | 4.304.643 | 4.640.627 |
| Financiamentos a exportação | - | 9.977 |
| Financiamentos agroindustriais | 379.490 | 144.279 |
| Financiamentos rurais | 8.133.268 | 8.335.121 |
| Investimento Agricultura | 5.516.231 | 5.630.375 |
| Investimento Pecuária | 2.617.036 | 2.704.746 |
| Total de operações de crédito | 13.377.213 | 13.819.833 |
| Outros créditos | 31.731 | 75.298 |
| Avais e fianças honrados | - | 50.051 |
| Devedores por compra de valores e bens (nota 7) | 31.731 | 25.247 |
| Total da carteira de crédito | 13.408.944 | 13.895.131 |
| Provisão para carteira de crédito | (319.580) | (589.639) |
| Operações de crédito | (319.564) | (539.585) |
| Outros créditos | (16) | (50.054) |
| Total da carteira líquida de créditos | 13.089.364 | 13.305.492 |
| Circulante | 2.358.688 | 2.287.488 |
| Não circulante | 10.730.675 | 11.018.004 |

6.2 Concentração da carteira de crédito

| Risco | 2019 | | 2018 | |
|--------------------------------|-------------------|----------------|-------------------|----------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Maior cliente | 251.247 | 1,87% | 277.853 | 2,00% |
| 10 seguintes maiores clientes | 1.747.778 | 13,03% | 1.914.455 | 13,78% |
| 20 seguintes maiores clientes | 1.692.695 | 12,62% | 1.661.957 | 11,96% |
| 50 seguintes maiores clientes | 1.748.703 | 13,04% | 1.734.755 | 12,48% |
| 100 seguintes maiores clientes | 1.731.771 | 12,92% | 1.769.984 | 12,74% |
| Demais clientes | 6.236.750 | 46,52% | 6.536.127 | 47,04% |
| Total da Carteira | 13.408.944 | 100,00% | 13.895.131 | 100,00% |

6.3 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

| | 2019 | 2018 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Setor Público | 287.971 | 294.849 |
| Administração pública | 156.644 | 149.599 |
| Indústria | 131.327 | 145.250 |
| Setor Privado | 13.120.973 | 13.600.282 |
| Agropecuária | 4.280.587 | 4.630.811 |
| Indústria | 3.349.290 | 3.224.467 |
| Infraestrutura | 2.630.276 | 2.911.856 |
| Comércio | 2.030.790 | 1.981.972 |
| Serviços | 830.030 | 851.176 |
| Total operações de crédito | 13.408.944 | 13.895.131 |

6.4 Composição da carteira de créditos e correspondente provisão para perdas

| Nível de Risco | 2019 | | | | 2018 | | | |
|----------------|-------------------|----------------|---------------|----------------|-------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Carteira | Provisão | | | Carteira | Provisão | | |
| | | Res. BACEN | Adicional | Total | | Res. BACEN | Adicional | Total |
| AA | 6.497.279 | - | - | - | 6.417.854 | - | - | - |
| A | 5.145.391 | 25.727 | - | 25.727 | 5.693.423 | 28.467 | - | 28.467 |
| B | 881.558 | 8.815 | - | 8.815 | 696.006 | 6.960 | - | 6.960 |
| C | 338.249 | 10.147 | - | 10.147 | 300.471 | 9.014 | - | 9.014 |
| D | 295.430 | 29.543 | 14.771 | 44.314 | 208.150 | 20.815 | 10.407 | 31.222 |
| E | 16.323 | 4.897 | 1.632 | 6.529 | 88.072 | 26.422 | 8.807 | 35.229 |
| F | 20.869 | 10.434 | 3.130 | 13.564 | 26.279 | 13.140 | 3.942 | 17.082 |
| G | 57.450 | 39.855 | 14.234 | 54.089 | 64.227 | 44.959 | 16.057 | 61.016 |
| H | 156.395 | 156.395 | - | 156.395 | 400.649 | 400.649 | - | 400.649 |
| Totais | 13.408.944 | 285.813 | 33.767 | 319.580 | 13.895.131 | 550.426 | 39.213 | 589.639 |

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução BACEN nº 2682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera.

6.5 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

| Operações em curso normal - sem atraso | | | | | | | | | | | |
|---|------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------|---------------|---------------|----------------|-------------------|-------------------|
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | 2019 | 2018 |
| Parcelas Vincendas | 6.475.609 | 5.127.715 | 837.550 | 277.041 | 230.888 | 7.086 | 9.634 | 40.733 | 110.826 | 13.117.082 | 13.066.034 |
| 01 a 30 dias | 269.168 | 147.974 | 25.825 | 10.726 | 3.135 | 538 | 773 | 144 | 2.319 | 460.602 | 412.445 |
| 31 a 60 dias | 76.952 | 53.647 | 8.329 | 3.666 | 2.137 | 162 | 50 | 35 | 539 | 145.517 | 148.308 |
| 61 a 90 dias | 64.511 | 52.164 | 6.662 | 4.046 | 1.956 | 164 | 140 | 35 | 10.025 | 139.703 | 141.749 |
| 91 a 180 dias | 249.647 | 198.537 | 21.753 | 13.508 | 34.576 | 394 | 257 | 492 | 1.647 | 520.811 | 537.202 |
| 181 a 360 dias | 743.006 | 415.117 | 47.233 | 32.547 | 14.270 | 1.035 | 924 | 672 | 4.954 | 1.259.758 | 972.956 |
| acima de 360 dias | 5.072.325 | 4.260.276 | 727.748 | 212.548 | 174.814 | 4.793 | 7.490 | 39.355 | 91.342 | 10.590.691 | 10.853.374 |
| Operações em curso anormal - com atraso superior a 14 dias | | | | | | | | | | | |
| Parcelas Vincendas | 19.484 | 16.673 | 38.706 | 54.068 | 56.216 | 8.133 | 9.307 | 14.421 | 30.618 | 247.626 | 669.495 |
| 01 a 30 dias | 60 | 101 | 487 | 864 | 16.369 | 129 | 446 | 485 | 1.089 | 20.030 | 8.710 |
| 31 a 60 dias | 48 | 83 | 437 | 751 | 692 | 123 | 142 | 229 | 384 | 2.889 | 7.455 |
| 61 a 90 dias | 52 | 83 | 436 | 774 | 692 | 123 | 142 | 198 | 366 | 2.866 | 7.544 |
| 91 a 180 dias | 540 | 1.015 | 2.569 | 2.853 | 2.198 | 685 | 598 | 532 | 1.985 | 12.975 | 25.674 |
| 181 a 360 dias | 2.222 | 1.482 | 6.883 | 8.188 | 5.766 | 871 | 1.263 | 1.500 | 4.570 | 32.745 | 60.717 |
| acima de 360 dias | 16.562 | 13.909 | 27.894 | 40.638 | 30.499 | 6.202 | 6.716 | 11.477 | 22.224 | 176.121 | 559.395 |
| Parcelas Vencidas | 2.186 | 1.003 | 5.302 | 7.140 | 8.326 | 1.104 | 1.928 | 2.296 | 14.951 | 44.236 | 159.603 |
| Subtotal - curso anormal | 21.670 | 17.676 | 44.008 | 61.208 | 64.542 | 9.237 | 11.235 | 16.717 | 45.569 | 291.862 | 829.098 |
| Total da Carteira - 2019 | 6.497.279 | 5.145.391 | 881.558 | 338.249 | 295.430 | 16.323 | 20.869 | 57.450 | 156.395 | 13.408.944 | |
| Total da Carteira - 2018 | 6.417.854 | 5.693.423 | 696.006 | 300.471 | 208.150 | 88.072 | 26.279 | 64.227 | 400.649 | | 13.895.131 |

6.6 Movimentação da provisão da carteira de crédito

| | 2019 | 2018 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 432.361 | 525.870 |
| Constituição | 62.748 | 190.103 |
| Reversão | (36.619) | (39.561) |
| Transferências para compensação | (138.910) | (86.773) |
| Saldo final | 319.580 | 589.639 |

6.7 Garantias financeiras prestadas

O BRDE possui, no final do semestre, carteira de garantias financeiras prestadas na modalidade de carta de fiança no montante de R\$ 253.282. Desse total, R\$ 248.890 estão assegurados por garantias reais (hipotecas, alienação fiduciária de equipamentos e penhor de ações, entre outros), e os R\$ 4.392 restantes não possuem garantias reais vinculadas diretamente ao contrato de fiança, mas contam com cláusula de sub-rogação nas garantias constituídas no contrato afiançado.

Nos termos previstos na Resolução BACEN n.º 2.682/99, aliado aos conceitos introduzidos pela Resolução BACEN n.º 4.512/16, é feito o cálculo da estimativa (provisão) de perda. Tal provisionamento encontra-se registrado em "Outras Obrigações - Diversas" (Nota 12).

| Nível de Risco | 2019 | | | | 2018 | | | |
|-------------------|----------------|---------------|--------------|---------------|----------------|---------------|--------------|---------------|
| | Carteira | Provisão | | | Carteira | Provisão | | |
| | | Res. BACEN | Adicional | Total | | Res. BACEN | Adicional | Total |
| AA ⁽¹⁾ | 28.893 | - | - | - | 36.611 | - | - | - |
| A ⁽¹⁾ | 161.138 | 805 | - | 805 | 86.200 | 431 | - | 431 |
| B ⁽¹⁾ | 9.771 | 98 | - | 98 | 79.537 | 796 | - | 796 |
| C ⁽¹⁾ | 9.803 | 294 | - | 294 | 5.050 | 151 | - | 151 |
| D ⁽¹⁾ | 17.069 | 1.707 | 853 | 2.560 | 20.420 | 2.042 | 1.021 | 3.063 |
| D ⁽²⁾ | 4.392 | 439 | 220 | 659 | 5.027 | 503 | 251 | 754 |
| E | - | - | - | - | - | - | - | - |
| F ⁽¹⁾ | - | - | - | - | - | - | - | - |
| G | - | - | - | - | - | - | - | - |
| H ⁽¹⁾ | 22.216 | 22.216 | - | 22.216 | 29.123 | 29.123 | - | 29.123 |
| Totais | 253.282 | 25.559 | 1.073 | 26.632 | 261.968 | 33.046 | 1.272 | 34.318 |

(1) com garantia real

(2) com garantia por sub-rogação

7. OUTROS CRÉDITOS

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 15.1) | 371.003 | 412.436 |
| Devedores por depósitos em garantia | 110.068 | 111.313 |
| Devedores por compra de valores e bens (Nota 6.1) | 31.731 | 25.247 |
| Pagamentos a ressarcir | 8.671 | 7.157 |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 2.954 | 2.803 |
| Pendências a regularizar | 3.759 | 3.449 |
| Outras | 525 | 462 |
| Total | 528.711 | 562.867 |
| Ativo circulante | 146.246 | 191.463 |
| Ativo realizável a longo prazo | 382.465 | 371.404 |

8. OUTROS VALORES E BENS

| | 2019 | 2018 |
|---|---------------|---------------|
| Investimentos Temporários | - | 1.116 |
| Participações societárias | 311 | 2.216 |
| Provisão para perdas em participações societárias | (311) | (1.100) |
| Outros Valores e Bens | 56.202 | 44.928 |
| Bens não de uso próprio | 63.746 | 52.472 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio | (7.544) | (7.544) |
| Despesas Antecipadas | 142 | - |
| Total | 56.344 | 46.044 |
| Ativo circulante | 56.344 | 44.928 |
| Ativo realizável a longo prazo | - | 1.116 |

9. ATIVO PERMANENTE

9.1 Imobilizado de uso

| | 2019 | | | 2018 |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------------|----------------|----------------|
| | Custo Corrigido | Depreciação Acumulada | Líquido | Líquido |
| Imobilizações em curso | - | - | - | 131 |
| Terrenos | 25.070 | - | 25.070 | 2.936 |
| Edificações | 19.075 | (8.940) | 10.135 | 10.498 |
| Instalações | 2.282 | (1.910) | 372 | 563 |
| Móveis e equipamentos de uso | 6.845 | (5.344) | 1.501 | 1.560 |
| Sistema de processamento de dados | 9.620 | (8.304) | 1.316 | 2.041 |
| Outros | 3.278 | (2.249) | 1.029 | 1.211 |
| Total - 2019 | 66.170 | (26.747) | 39.423 | |
| Total - 2018 | 43.318 | (24.378) | | 18.940 |

9.2 Intangível

| | 2019 | | | 2018 |
|---------------------------|-----------------|-----------------------|---------|---------|
| | Custo Corrigido | Amortização Acumulada | Líquido | Líquido |
| Ativos Intangíveis - 2019 | 32.564 | (17.619) | 14.945 | |
| Ativos Intangíveis - 2018 | 19.715 | (13.195) | | 6.520 |

10. OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos até o ano 2042, estando sujeitas, na sua maior parte, a encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

| Vencimento: | 2019 | | | | | 2018 |
|-----------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|
| | Até 3 meses | 3 a 12 meses | 1 a 5 anos | Mais 5 anos | Total | Total |
| Repasses do País | 881.974 | 1.720.403 | 6.892.490 | 3.577.562 | 13.072.429 | 13.493.487 |
| Tesouro Nacional | 51 | 210 | 182 | 43 | 486 | 8.055 |
| BB | 13.415 | 16.611 | 112.496 | 58.240 | 200.762 | 201.929 |
| BNDES | 694.193 | 1.338.267 | 5.397.504 | 3.227.560 | 10.657.524 | 10.878.511 |
| FINAME | 143.665 | 327.672 | 1.163.529 | 182.324 | 1.817.190 | 72.306 |
| CEF | 1.725 | 4.928 | 30.093 | 53.544 | 90.290 | 2.131.302 |
| FINEP | 9.839 | 31.383 | 181.664 | 44.378 | 267.264 | 201.384 |
| Mtur - FUNGETUR | 19.086 | 332 | 6.022 | 11.473 | 36.913 | - |
| Mapa - FUNCAFÉ | - | 1.000 | 1.000 | - | 2.000 | - |
| Repasses do Exterior | 19 | 0 | 19.433 | 40.175 | 59.627 | 0 |
| AFD | 19 | - | 19.433 | 40.175 | 59.627 | - |
| Total - 2019 | 881.993 | 1.720.403 | 6.911.923 | 3.617.737 | 13.132.056 | |
| Total - 2018 | 883.748 | 1.509.691 | 7.313.980 | 3.786.368 | | 13.493.487 |

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|---------------|
| Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 15.1) | 80.602 | 66.743 |
| Impostos e Contribuições sobre Lucros a Recolher | 35.689 | 22.939 |
| Impostos e contribuições a recolher | 6.651 | 7.411 |
| Total | 122.942 | 97.093 |
| Passivo circulante | 62.996 | 38.854 |
| Passivo exigível a longo prazo | 59.946 | 58.239 |

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

| | 2019 | 2018 |
|--|----------------|----------------|
| Provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis (Nota 13) | 111.423 | 108.010 |
| Provisão para férias, 13º salário, licença-prêmio e encargos sociais | 23.272 | 22.678 |
| Provisão pra garantias financeiras prestadas (Nota 6.7) | 26.632 | 34.318 |
| Valores de mutuários a regularizar (a) | 7.776 | 11.971 |
| Pagamentos a processar | 3.107 | 1.648 |
| Salários e benefícios a pagar | 7.890 | 4.731 |
| Pendências a regularizar | 1.482 | 1.376 |
| Provisão para assistência médica e PB II - inativos (Nota 22) | 170.484 | 144.620 |
| Obrigações por aquisição de bens e direitos (Nota 23) | 10.584 | 10.700 |
| Outras | 17.950 | 9.305 |
| Total | 380.600 | 349.357 |
| Passivo circulante | 48.582 | 46.545 |
| Passivo exigível a longo prazo | 332.018 | 302.812 |

(a) Referem-se, principalmente, a valores recebidos em adiantamento de renegociações de crédito, pendentes de formalização, e de substituição de garantias contratadas.

13. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, PREVIDENCIÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

| | 2018 | Constituição | Atualização | Baixa por: | | 2019 |
|---------------------|----------------|---------------|--------------|-----------------|--------------|----------------|
| | | | | Reversão | Pagamento | |
| Previdenciárias (i) | 14.361 | - | 94 | - | - | 14.455 |
| Trabalhistas (ii) | 32.925 | 17.819 | 954 | (18.015) | (618) | 33.065 |
| Cíveis (iii) | 62.469 | - | 1.434 | - | - | 63.903 |
| Total | 109.755 | 17.819 | 2.482 | (18.015) | (618) | 111.423 |

(i) Refere-se a contribuições previdenciárias sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

(ii) O Banco possuía, em 30 de junho, provisão para ações trabalhistas no valor de R\$ 33.065 (2018 – R\$ 32.679). Adicionalmente, existem ações trabalhistas consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 130.369 (2018 - R\$ 65.283), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE. Tais ações não se encontram provisionadas conforme Nota 3 (i).

(iii) As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- a. R\$ 60.110 referem-se a honorários de sucumbência. Sobre este valor, o BRDE efetuou depósito judicial de mesmo montante; e
- b. R\$ 3.793 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização. Também esse processo está suportado por depósito judicial de mesmo montante.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi autuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 30 de junho de 2019, é de R\$ 24.066 (2018 – R\$ 22.362)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada Estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

O BRDE, em atendimento à Resolução n.º 3.605/08 do Conselho Monetário Nacional destinou, no semestre findo em 30 de junho, os lucros acumulados do semestre corrente para a formação de uma Reserva de Capital - Fundo Regimental.

O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social. A incorporação deste fundo ao capital depende da capacidade dos Estados participarem proporcionalmente com os recursos retidos no Fundo, de modo a manter-se igualitária a participação de cada Estado no capital social.

Nos anos de 2018 e 2019, o BRDE procedeu as seguintes capitalizações:

| Aumento do Capital Social | Valor |
|------------------------------------|------------------|
| Capital Social - 31/12/2017 | 1.013.907 |
| Capitalização 1º semestre 2018 | 90.735 |
| Capitalização 2º semestre 2018 | 69.771 |
| Capital Social - 31/12/2018 | 1.174.413 |
| Capitalização 1º semestre 2019 | 96.180 |
| Capital Social - 30/06/2019 | 1.270.593 |

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL do período:

| | 2019 | 2018 |
|---|-----------------|-----------------|
| Resultado do semestre, antes da tributação. | 188.239 | 128.199 |
| Provisão para IRPJ (25%) e CSLL (15%) | (75.296) | (57.690) |
| Adições e exclusões | | |
| Provisão para passivos contingentes | (667) | 7.263 |
| Provisão para garantias financeiras prestadas | 1.086 | 2.913 |
| Provisão para operações de crédito | 23.050 | (9.450) |
| Créditos baixados como prejuízo | (21.599) | 36.598 |
| Provisão para outros créditos | 22.062 | (19.246) |
| Provisão para participação nos lucros | (3.153) | (2.130) |
| Provisão para assistência médica | (1.085) | (1.386) |
| Atualização de depósitos judiciais | 740 | 792 |
| Renegociações tributadas por caixa (Lei 9.430, art.12) e RECOOP | 3.223 | (110) |
| Recuperações judiciais - deferimento | (1.104) | 5.397 |
| Outros, líquidos | (2.042) | (1.479) |
| Incentivos fiscais | 673 | 567 |
| IRPJ e CSLL correntes | (54.112) | (37.961) |
| IRPJ e CSLL diferidos ativos | (26.638) | (21.828) |
| IRPJ e CSLL diferidos passivos | 2.093 | (2.671) |
| IRPJ e CSLL registrados no resultado | (78.657) | (62.460) |
| Lucro Líquido do Semestre | 109.582 | 65.739 |

15.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O BRDE constitui crédito tributário sobre as adições temporárias que serão futuramente dedutíveis nas bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários sobre adições temporárias são realizados quando do pagamento, utilização ou reversão das provisões relacionadas e quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

Também é constituída obrigação tributária diferida sobre exclusões temporárias, contabilizada em "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias". A movimentação, no 1º semestre de 2019, destes créditos e obrigações é apresentada a seguir:

| Créditos tributários diferidos | 2018 | Constituição | Reversão | 2019 |
|--|----------------|---------------------|------------------|----------------|
| Provisão para contingências | 43.902 | 11.096 | (10.429) | 44.569 |
| Provisão para garantias prestadas | 11.470 | 1.252 | (2.286) | 10.436 |
| Provisão para perdas com operações de crédito | 131.906 | 35.571 | (64.354) | 103.123 |
| Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis | 151.684 | 125.189 | (103.815) | 173.058 |
| Provisão para assistência médica e PB II - inativos | 31.617 | 1.486 | (1.941) | 31.162 |
| Licença prêmio em aquisição | 382 | 192 | (259) | 315 |
| Participação nos lucros e resultados | - | 3.156 | - | 3.156 |
| Ajuste ao valor de mercado de TVM | 2.075 | 117 | (243) | 1.949 |
| Insuficiência de depreciação | 306 | - | - | 306 |
| Provisão para perdas com outros créditos | 22.069 | 1.256 | (23.320) | 5 |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens | 2.924 | - | - | 2.924 |
| Total | 398.335 | 179.315 | (206.647) | 371.003 |

As obrigações tributárias são realizadas conforme o efetivo recebimento das parcelas renegociadas com mutuários optantes pelo REFIS e pelo RECOOP, nos moldes da Lei n.º 9.964/00, ou quando do recebimento dos créditos recuperados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 12 da Lei n.º 9.430/96. São realizadas também quando da efetivação da receita de atualização de depósito judicial pela solução da lide em questão e, ainda, quando do ajuste ou alienação dos títulos e valores mobiliários.

| Obrigações tributárias diferidas | 2018 | Constituição | Reversão | 2019 |
|--|---------------|---------------------|-----------------|---------------|
| Renegociações REFIS/RECOOP | 1.647 | - | (1.647) | - |
| Atualização de depósitos judiciais | 22.850 | 740 | - | 23.590 |
| Renegociações tributadas por caixa - Lei nº 9.430/96 | 29.414 | 3.591 | (3.719) | 29.286 |
| Recuperação judicial - deferimento | 28.784 | 3.274 | (4.332) | 27.726 |
| Total | 82.695 | 7.605 | (9.698) | 80.602 |

A movimentação líquida dos valores de imposto de renda e contribuição social diferidos, ocorrida no semestre, foi de R\$ (17.083) e R\$ (10.250), respectivamente (2018 - R\$ (15.708) e R\$ (7.578)). O reflexo dessa movimentação foi contabilizado no resultado do semestre e, nos casos de ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários ou de ganhos e perdas sobre provisões atuariais, na respectiva conta do patrimônio líquido.

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho de 2019, montam R\$ 62.231 (2018 – R\$ 55.582).

A seguir apresenta-se a expectativa de realização dos créditos e obrigações totais:

| | Créditos Tributários | Obrigações Tributárias |
|----------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 2019 | 70.492 | 3.626 |
| 2020 | 109.531 | 35.117 |
| 2021 | 35.285 | 24.500 |
| 2022 | 86.221 | 2.541 |
| 2023 | 21.486 | 2.116 |
| 2024 a 2028 | 47.988 | 8.833 |
| 2029 em diante | 62.231 | 3.869 |
| Total | 433.234 | 80.602 |

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 377.596 (2018 - R\$ 372.857) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 70.648 (2018 - R\$ 59.856).

16. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

| | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Rendas de Empréstimos | 22.133 | 25.672 |
| Rendas de Financiamentos | 218.984 | 236.780 |
| Rendas de Financiamentos a Exportação | - | 2.636 |
| Rendas de Financiamentos Rurais | 251.342 | 262.643 |
| Rendas de Financiamentos Agroindustriais | 16.763 | 6.099 |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 36.578 | 79.283 |
| Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados | - | 1.780 |
| Total | 545.800 | 614.893 |

17. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| Tarifa de Análise | 4.128 | 5.208 |
| Tarifa de Cadastro | 809 | 799 |
| Tarifa de Fiscalização e Acompanhamento | 5.250 | 3.947 |
| Tarifa p/ Elaboração de Parecer, Laudo ou Estudo Técnico | 707 | 152 |
| Tarifa de Estruturação de Garantias | 169 | 243 |
| Rendas de Garantias Prestadas | 3.909 | 4.766 |
| Outras tarifas | 279 | 480 |
| Total | 15.251 | 15.595 |

18. DESPESAS COM PESSOAL

| | 2019 | 2018 |
|------------------|---------------|---------------|
| Remuneração | 54.178 | 51.008 |
| Encargos Sociais | 22.726 | 20.878 |
| Benefícios | 7.417 | 7.324 |
| Honorários | 1.903 | 2.073 |
| Outros | 1.229 | 1.077 |
| Total | 87.453 | 82.360 |

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|---------------|---------------|
| Aluguéis | 684 | 898 |
| Comunicações | 745 | 751 |
| Manutenção e Conservação de Bens | 1.816 | 1.812 |
| Processamento de Dados | 2.463 | 1.658 |
| Promoções e Relações Públicas | 422 | 879 |
| Publicidade e Propaganda | 826 | 791 |
| Serviços do Sistema Financeiro | 580 | 1.208 |
| Serviços de Terceiros | 1.206 | 1.208 |
| Serviços Técnicos Especializados | 1.488 | 1.787 |
| Transportes | 833 | 1.003 |
| Viagem | 1.436 | 1.710 |
| Depreciação e Amortização | 3.841 | 2.825 |
| Despesas Estatutárias | 2.477 | 2.428 |
| Outras | 3.898 | 2.751 |
| Total | 22.715 | 21.709 |

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

| | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| Reversão da provisão sobre garantias prestadas | 3.428 | 31.553 |
| Reversão da provisão de processos trabalhistas (i) | 18.015 | 1.961 |
| Atualização de depósitos judiciais | 1.850 | 1.760 |
| Remuneração Administração FSA | 2.228 | 3.827 |
| Correção monetária valores ativos | 14 | 5.244 |
| Outras | 823 | 10.337 |
| Total | 26.358 | 54.682 |

(i) No decorrer do semestre findo, a instituição revisou, com o apoio de escritórios de advocacia terceirizados, o nível de risco do seu contencioso trabalhista, vindo a proceder, no âmbito das normas

contábeis em vigor, a reversão da provisão de processos trabalhistas na soma de R\$ 18.015 (2018 – R\$ 1.961)

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2019 | 2018 |
|--|---------------|---------------|
| Despesa com provisões cíveis | 1.434 | 1.409 |
| Despesa com provisões trabalhistas (i) | 18.773 | 1.495 |
| Despesa com provisões fiscais e tributárias | 94 | 152 |
| Despesa com provisão sobre garantias prestadas | 713 | 25.520 |
| Atualização de passivos contingentes | 7.565 | 6.530 |
| Atualização do saldo devedor - aquisição de imóvel | 581 | 463 |
| Outras | 4.569 | 2.209 |
| Total | 33.729 | 37.778 |

(i) No decorrer do semestre findo, a instituição revisou, com o apoio de escritórios de advocacia terceirizados, o nível de risco do seu contencioso trabalhista, vindo a proceder, no âmbito das normas contábeis em vigor, a constituição de provisões trabalhistas, na forma de despesas, que compõe a soma de R\$ 18.773.

22. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Em conformidade com a Deliberação n.º 695 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, o BRDE realizou, em dezembro de 2018, através de consultoria especializada, os cálculos atuariais cujos resultados são apresentados a seguir.

22.1 Plano de aposentadoria complementar em entidade fechada

O BRDE é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE, entidade fechada de previdência complementar criada com o objetivo de oferecer, aos seus participantes, benefícios suplementares àqueles da Previdência Oficial, em especial suplementação de aposentadoria e pensão. O ISBRE, por sua vez, é gestor de dois Planos Previdenciários:

- Plano de Benefícios I (PB I): estruturado na modalidade de Benefício Definido, ao qual está vedado o ingresso de novos participantes, e cujo método de financiamento para determinação do custo e das contribuições é o Prêmio Nivelado Individual (regime de capitalização), avaliado por atuário independente. O perfil do plano é o seguinte:

| PB I | Participantes | Idade média (anos) |
|--------------|----------------------|---------------------------|
| Ativos | 68 | 60,16 |
| Assistidos | 394 | 70,49 |
| Pensionistas | 89 | 72,30 |

- Plano de Benefícios II (PB II): implementado no primeiro semestre de 2002, estruturado na modalidade de Contribuição Variável, no qual os benefícios programados de renda vitalícia são

determinados na data da concessão do benefício a partir do montante capitalizado das contribuições do BRDE e dos participantes. O perfil do plano é o seguinte:

| PB II | Participantes | Idade média (anos) |
|--------------|----------------------|---------------------------|
| Ativos | 345 | 43,10 |
| Assistidos | 2 | 57,00 |
| Pensionistas | 15 | 26,80 |

22.1.1 – Premissas adotadas

Para os cálculos atuariais foram utilizadas as seguintes premissas:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|--|--------------|--|--------------|
| | PB I | PB II | PB I | PB II |
| Taxa de desconto atuarial | 4,82% | 4,97% | 5,29% | 5,45% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 4,82% | 4,97% | 5,29% | 5,45% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 4,206% | | 4,206% | |
| Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento | 0,00% | | 0,00% | |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 98,20% | 100,00% | 98,20% | 100,00% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 98,20% | 100,00% | 98,20% | 100,00% |
| Inflação esperada | 4,01% | 4,01% | 3,96% | 3,96% |
| Taxa de desconto nominal | 9,02% | 9,18% | 9,46% | 9,63% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 9,02% | 9,18% | 9,46% | 9,63% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 8,38% | | 8,33% | |
| Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento | 4,01% | | 3,96% | |
| Mortalidade geral | AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo | | AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo | |
| Mortalidade de inválidos | MI 85, segregada por sexo | | MI 85, segregada por sexo | |
| Entrada de invalidez | Álvaro Vindas | | Álvaro Vindas | |
| Taxa anual de rotatividade | Nula | | Nula | |
| Composição familiar | Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro | | Família média. Pensionistas no PB I e aposentados e pensionistas no PB II, família efetiva conforme cadastro | |

22.1.2 – Patrimônio do Plano

| Patrimônio - PB I | Valor Contabilizado | Ajuste a Valor de Mercado | Valor Justo dos Ativos |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Disponível | 4 | - | 4 |
| Realizável - Gestão Previdencial | 3.246 | - | 3.246 |
| Realizável - Gestão Administrativa | 2.796 | - | 2.796 |
| Ações | 174 | - | 174 |
| Fundos de Investimentos: renda fixa | 911.691 | 36.366 | 948.057 |
| Fundos de Investimentos: renda variável | 27.322 | - | 27.322 |
| Fundos de Investimentos: estruturados | 30.681 | - | 30.681 |
| Investimentos Imobiliários | 15.854 | - | 15.854 |
| Empréstimos e Financiamentos | 5.932 | - | 5.932 |
| Ativo Total | 997.700 | 36.366 | 1.034.066 |

| Patrimônio - PB II | Valor Contabilizado | Ajuste a Valor de Mercado | Valor Justo dos Ativos |
|---|--------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Disponível | 2 | - | 2 |
| Realizável - Gestão Previdencial | 15 | - | 15 |
| Realizável - Gestão Administrativa | 1.680 | - | 1.680 |
| Ações | 14 | - | 14 |
| Fundos de Investimentos: renda fixa | 101.065 | 3.378 | 104.443 |
| Fundos de Investimentos: renda variável | 2.465 | - | 2.465 |
| Fundos de Investimentos: estruturados | 591 | - | 591 |
| Investimentos Imobiliários | 4.036 | - | 4.036 |
| Empréstimos e Financiamentos | 3.215 | - | 3.215 |
| Ativo Total | 113.083 | 3.378 | 116.461 |

22.1.3 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

| | Plano de Benefícios I | | Plano de Benefícios II | |
|--|------------------------------|------------------|-------------------------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 835.644 | 788.325 | 15.298 | 11.259 |
| Valor justo dos ativos do plano | (992.237) | (922.192) | (15.202) | (12.054) |
| Déficit/(Superávit) apurado | (156.593) | (133.867) | 96 | (795) |
| Efeito no teto do ativo | 156.593 | 133.867 | - | 795 |
| Passivos adicionais | - | - | - | - |
| Efeito do teto do ativo e passivos adicionais | 156.593 | 133.867 | - | 795 |
| Passivo/(Ativo) atuarial líquido | - | - | 96 | - |
| Passivo/(ativo) já reconhecido | - | - | - | - |
| Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício | - | - | 96 | - |

Conforme previsão contida no item 65 da Deliberação n.º 695 da CVM, o BRDE não registrou seu ativo atuarial apurado no PB I, pois não se enquadra nas situações previstas para reconhecimento de ativo atuarial apurado.

22.1.4 - Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

| | <u>PB I</u> | <u>PB II</u> |
|--|----------------------|---------------------|
| Resultado do Exercício | | |
| Custo do serviço corrente | 246 | 572 |
| Custo do serviço passado | | |
| a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano | - | - |
| b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>) | - | - |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 71.620 | 1.056 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (84.610) | (1.191) |
| Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais | 12.663 | 76 |
| Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados | - | - |
| Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício | <u>(81)</u> | <u>513</u> |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período | | |
| (Ganhos)/perdas nos ativos do plano | (34.932) | (1.483) |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | | |
| a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior | 35.399 | 1.040 |
| b) Experiência da população | (2.704) | 1.939 |
| c) Concessão de benefícios | - | 213 |
| (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais | 10.063 | (871) |
| Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados | - | - |
| (Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA | <u>7.826</u> | <u>838</u> |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado | | |
| (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA | 26.224 | 1.224 |
| (Ganhos)/perdas no período | 7.826 | 838 |
| (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA | <u>34.050</u> | <u>2.062</u> |
| Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido | | |
| Passivo/(ativo) no fim do período anterior | - | - |
| Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício | (81) | 513 |
| (Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA | 7.826 | 838 |
| Contribuições do empregador | (7.745) | (1.255) |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | - | - |
| Passivo/(Ativo) no fim do período | <u>-</u> | <u>96</u> |

22.1.5 – Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados

| | PB I | PB II |
|--|------------------|-----------------|
| Resultado do Exercício | | |
| Valor justo dos ativos no fim do período anterior | (922.191) | (12.054) |
| Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano | 58.302 | 780 |
| Contribuições de participante realizadas no período | (1.060) | - |
| Contribuições do empregador realizadas no período | (7.745) | (1.255) |
| Rendimento esperado dos ativos: | | |
| a) Rendimento esperado sobre os ativos do plano | (87.235) | (1.160) |
| b) Rendimento sobre contribuições esperadas | (328) | (58) |
| c) Perda de rendimento com pagamento esperados de benefícios | 2.952 | 28 |
| (Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano | (34.933) | (1.483) |
| Valor justo dos ativos no fim do período | (992.238) | (15.202) |
| Obrigações Atuariais | | |
| Obrigações atuariais no início do período | 788.325 | 11.259 |
| Custo do serviço corrente líquido | 246 | 572 |
| Custo do serviço passado | - | - |
| Contribuições de participante realizadas no período | 1.060 | - |
| Juros sobre obrigação atuarial: | | |
| a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial | 74.572 | 1.084 |
| b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios | (2.952) | (28) |
| Benefícios pagos no período | (58.302) | (780) |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | 32.695 | 3.192 |
| Obrigações atuariais no fim do período | 835.644 | 15.299 |
| Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo | | |
| Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período anterior | 133.867 | 795 |
| Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais | 12.663 | 76 |
| (Ganhos)/perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais | 10.063 | (871) |
| Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período | 156.593 | - |

22.1.6 – Fluxo de Caixa

| | PB I | PB II |
|--|-------------|--------------|
| Fluxo de caixa no período | | |
| Contribuições do empregador | 7.745 | 1.255 |
| Contribuições do participante | 1.060 | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 58.302 | 780 |
| Fluxo de caixa estimado para o período seguinte | | |
| Contribuições do empregador | 7.051 | 1.326 |
| Contribuições do participante | 60 | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 64.760 | 747 |

22.1.7 – Análise de Sensibilidade

Conforme item 145 do CPC 33(R1), o BRDE deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

| Premissa | Análise de Sensibilidade | Impacto R\$ mil | | Impacto % | |
|---------------------|--------------------------|-----------------|--------|-----------|---------|
| | | PB I | PB II | PB I | PB II |
| Taxa de desconto | aumento de 0,5% | (37.569) | -1.081 | (4,50%) | (7,06%) |
| | redução de 0,5% | 40.776 | 1.218 | 4,88% | 7,96% |
| Expectativa de vida | aumento de 1 ano | 14.009 | -151 | 1,68% | (0,99%) |
| | redução de 1 ano | (14.374) | 167 | (1,72%) | 1,09% |

22.2 - Contribuição paritária

Devido às disposições contidas no parágrafo 3º do art. 202 da Constituição Federal, o BRDE deve contribuição ao ISBRE de, no máximo, mesmo valor das contribuições efetuadas pelos participantes. No Plano de Benefícios I, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores, mesmo inativos. No Plano de Benefícios II, as contribuições efetuadas pelo BRDE são paritárias às realizadas pelos seus colaboradores até um nível pré-determinado, observado o Regulamento e o plano de custeio anual. Não é prevista contribuição normal para os assistidos do Plano de Benefícios II.

22.3 - Plano de assistência médica

O BRDE oferece aos seus funcionários aposentados, integrantes do Regulamento de Pessoal I, a exemplo dos funcionários ativos, plano de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Foi efetuado, por Atuário Independente, também em dezembro de 2018, o cálculo das obrigações do BRDE relativo a esse benefício pós-emprego, nos critérios da Deliberação n.º 695 da CVM, o qual encontra-se registrado na rubrica "Outras Obrigações – Diversas", tendo o seguinte perfil:

| PB I | Frequência de beneficiários | Idade média (anos) |
|--------------|-----------------------------|--------------------|
| Ativos | 71 | 59 |
| Aposentados | 402 | 70 |
| Pensionistas | 91 | 71 |
| Dependentes | 406 | 57 |

22.3.1 – Premissas Adotadas

| | 2018 | 2017 |
|--|---|--|
| Taxa de desconto atuarial | 4,97% | 5,37% |
| Retorno real esperado sobre os ativos | 4,97% | 5,37% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | | 0,00% |
| HCCTR (real) | 3,50% | 3,50% |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | | 100,00% |
| Fator de capacidade sobre os salários | | 100,00% |
| Inflação esperada | 4,01% | 3,96% |
| Taxa de desconto nominal | 9,18% | 9,54% |
| Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano | 9,18% | 9,54% |
| Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos | 4,01% | 3,96% |
| HCCTR (nominal) | 7,65% | 7,60% |
| Mortalidade geral | AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo | AT 2000 (suavizada em 10%), segregada por sexo |
| Mortalidade de inválidos | MI 85, segregada por sexo | MI 85, segregada por sexo |
| Entrada de invalidez | | Álvaro Vindas |
| Taxa anual de rotatividade | | Não utilizado |
| Composição familiar | Família efetiva (conforme informações cadastrais) | Família média |

22.3.2 – Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|----------------|
| Valor presente das obrigações atuariais | 167.676 | 141.540 |
| Valor justo dos ativos do plano | - | - |
| Déficit/(Superávit) apurado | 167.676 | 141.540 |
| Efeito do teto do ativo | - | - |
| Passivo/(Ativo) atuarial líquido | - | - |
| Passivo/(ativo) já reconhecido | 141.540 | |
| Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício | <u>26.136</u> | |

22.3.3 – Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

| | 2018 |
|---|----------------|
| Resultado do Exercício | |
| Custo do serviço corrente | 1.096 |
| Custo do serviço passado | |
| a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano | - |
| b) (Ganhos)/perdas na liquidação (<i>settlement</i>) | - |
| Custo de juros sobre as obrigações atuariais | 13.184 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | - |
| Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais | - |
| Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados | |
| Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício | 14.280 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período | |
| (Ganhos)/perdas nos ativos do plano | - |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | |
| a) Alteração da taxa de desconto em relação ao ano anterior | 9.023 |
| b) Aumento do nível de despesas assistenciais do PAS | 16.603 |
| c) Experiência da população | (7.504) |
| (Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais | - |
| Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício | |
| (Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA | 18.122 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado | |
| (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no fim do período anterior em ORA | 85.337 |
| (Ganhos)/perdas no período | 18.122 |
| (Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA | 103.459 |
| Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido | |
| Passivo/(ativo) no fim do período anterior | 141.540 |
| Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício | 14.280 |
| (Ganhos)/perdas reconhecidas em ORA | 18.122 |
| Contribuições do empregador | (6.266) |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | - |
| Passivo/(Ativo) no fim do período | 167.676 |

Conforme previsão contida no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), o BRDE reconheceu todos os ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no montante de R\$ (12.991), no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ (27.238), líquido de efeitos tributários. O saldo final, em 31 de dezembro, dos ganhos e perdas atuariais registrados no Patrimônio Líquido, já deduzidos os efeitos tributários, ficou em R\$ (82.222) (2017 - R\$ (69.232).

22.3.4 – Mudança nos Valores Divulgados

| | 2018 |
|--|----------------|
| Valor justo dos ativos no fim do período | - |
| Obrigações Atuariais | |
| Obrigações atuariais no início do período | 141.540 |
| Custo do serviço corrente | 1.096 |
| Juros sobre obrigação atuarial: | |
| a) Despesa de juros sobre a obrigação atuarial | 13.507 |
| b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios | (323) |
| Benefícios pagos no período | (6.266) |
| (Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais | 18.122 |
| Obrigações atuariais no fim do período | 167.676 |
| Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período | - |

22.3.5 – Fluxo de Caixa

| | 2018 |
|--|-------------|
| Fluxo de caixa no período | |
| Contribuições do empregador | 6.266 |
| Contribuições do participante | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 6.266 |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | - |
| Fluxo de caixa estimado para o período seguinte | |
| Contribuições do empregador | 8.757 |
| Contribuições do participante | - |
| Benefícios pagos utilizando os ativos do plano | 8.757 |
| Benefícios pagos diretamente pela empresa | - |

22.3.6 – Análise de Sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

| Premissa | Análise de Sensibilidade | Impacto | |
|---------------------|--------------------------|----------|---------|
| | | R\$ | % |
| Taxa de desconto | aumento de 0,5% | (11.140) | (6,64%) |
| | redução de 0,5% | 12.686 | 7,57% |
| Expectativa de vida | aumento de 1 ano | 6.087 | 3,63% |
| | redução de 1 ano | (6.049) | (3,61%) |
| HCCTR | aumento de 0,5% | 12.812 | 7,64% |
| | redução de 0,5% | (11.340) | (6,76%) |

23. PARTES RELACIONADAS

(a) Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE - No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720. Desse montante, R\$ 8.000 foram financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a. (Nota 12). As despesas com encargos no exercício encontram-se registradas no resultado do Banco em "Outras Despesas Operacionais" (Nota 21).

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em "Outras Despesas Operacionais".

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em "Despesas de Pessoal".

| | Direitos (Obrigações) | | Receitas / (Despesas) | |
|-------------------------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|----------------|
| | 2019 | 2018 | 2019 | 2018 |
| Compra imóvel agência Curitiba | (10.584) | (10.700) | (581) | (463) |
| Locação de salas | - | - | (332) | (315) |
| Ressarcimento de salários | - | - | 117 | 262 |
| Contribuição patronal | - | - | (6.512) | (6.029) |
| Total de operações com ISBRE | (10.584) | (10.700) | (7.308) | (6.545) |

24. CAPITAL REGULAMENTAR

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 30 de junho.

| | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Patrimônio de Referência | 2.770.586 | 2.570.151 |
| Total de ativos ponderados pelo risco (RWA) | 15.275.041 | 15.342.891 |
| Risco de Crédito - RWA_{CPAD} | 13.969.596 | 14.120.638 |
| Risco de Mercado - RWA_{MPAD} | 4.920 | 10.548 |
| Risco Operacional - RWA_{OPAD} | 1.300.525 | 1.211.705 |
| Risco taxa de juros da carteira não negociável (R_{BAN}) | 47.497 | 52.126 |
| Margem sobre o PR considerando R_{BAN} | 1.119.210 | 907.022 |
| Índice de Basileia | 18,14 | 16,75 |

25. GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O BRDE possui estrutura própria de comitês para o gerenciamento dos seus riscos.

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

Risco de Crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.

O gerenciamento do risco de crédito no BRDE é realizado por meio da classificação dos clientes em níveis de risco, utilizados também nos processos de concessão de crédito, bem como pelo monitoramento dos clientes por uma área específica do Banco.

Risco de Mercado: está diretamente relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações dos mercados de taxas de juros e câmbio dentro e fora do país.

Risco de Liquidez: está relacionado ao descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

A política de risco de mercado e liquidez tem como propósito mitigar possíveis perdas decorrentes das variações de preços de mercado, de moedas e de taxas de juros dos ativos e passivos e de descasamento de fluxos de caixa. Como o BRDE atua basicamente com operações de repasse “casadas” entre a parte ativa e a passiva, esses riscos são reduzidos.

Risco Operacional: o Banco possui estrutura responsável por identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais da instituição.

Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede do Banco.

O BRDE considerou como aceitável a sua exposição aos riscos mencionados acima e não contratou no período operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos.

* * *

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE

DIRETORIA

Diretor-Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Vice-Presidente, Diretor de Planejamento
e Diretor Financeiro

LUIZ CORRÊA NORONHA

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos

NEUTO FAUSTO DE CONTO

Diretor de Operações

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Conselheiros:

VALMOR WEIS

PATRÍCIA LOUREIRO ABREU ALVES BARBOSA

WAGNER MARCOS SALAI

RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI

THAGO ROCHA MOYSÉS

FABIANO MEASSI

Contador Geral-CRCRS-070.237/O-6

CPF – 899.528.120-00

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA **Período findo em 30/06/2019**

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, tendo suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 e nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o comitê de auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. E dentre as finalidades, além de outras previstas nas normas em vigor, consta revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente.

ATIVIDADES EXERCIDAS

Durante o 1º semestre de 2019 foram realizadas seis reuniões, onde foram exercidas as seguintes atribuições regulamentares:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento das recomendações da AUDIN pelas áreas gestoras, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

O Comitê de Auditoria não identificou descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras. Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 30 de junho de 2019.

V- DEMAIS ASSUNTOS:

O Comitê de Auditoria tomou conhecimento sobre o Relatório de Administração e Socioambiental referente ao exercício de 2018, recebendo exemplares impressos. Bem como, apreciaram e recomendaram a aprovação para a devida alçada sobre os Regimentos Internos do Comitê de Auditoria – COAUD e do Comitê de Remuneração e Elegibilidade – COREL.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2019.

DAGOBERTO BONFILHO BELTRAME
Coordenador do Comitê de Auditoria

OSNI JOSÉ SCHROEDER
Membro do Comitê de Auditoria

ALLAN JONES DOS SANTOS
Membro do Comitê de Auditoria